

INTRODUÇÃO: A CONSTRUÇÃO DO LABORATÓRIO DE INTERSECCIONALIDADES, EQUIDADE E SAÚDE (LABIES): OS NOSSOS CORPOS IMPLICADOS EM PESQUISAS E PRÁXIS CRÍTICAS

Laura Cecilia López
Gisele Cristina Tertuliano
Cauê Rodrigues

Este livro pretende mostrar a caminhada nos primeiros anos de existência do *Laboratório de Interseccionalidades, Equidade e Saúde* (LabIES), que foi certificado como Grupo de Pesquisa pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) no ano de 2021.

O LabIES é produto de uma construção coletiva que se iniciou alguns anos atrás, quando nossos corpos e histórias convergiram no espaço da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), principalmente nos Programas de Pós-Graduação em Saúde Coletiva e em Ciências Sociais. O grupo congrega discentes nos diferentes níveis de ensino, considerando também a Iniciação Científica e a Residência Multiprofissional em Saúde. Somos um grupo que produz pesquisa e práxis críticas entrelaçando diferentes áreas de conhecimento, espaços de vida e de resistência.

As duas professoras que lideram o grupo, Laura Cecilia López e Tonantzin Ribeiro Gonçalves, têm trabalhos de longa data na articulação de problemáticas de gênero, interseccionalidades e produção de cuidado em saúde, em projetos coordenados e/ou orientados por elas. Estes trabalhos se refletem em diversas publicações (Gonçalves *et al.*, 2024; Müller, López, 2023; Rodrigues *et al.*, 2022; Vicari; López, 2022; Costa; Gonçalves, 2021; López *et al.*, 2021; Montiel; López, 2020; Bellotto *et al.*, 2019; entre outras).

No Laboratório contemplam-se propostas investigativas e de intervenção social vinculadas à produção da saúde e à promoção da equidade, a partir de abordagens interseccionais e decoloniais que se fortalecem nos estudos de gênero e de relações étnico-raciais latino-americanos. Discute-se a intervenção social interseccional e o uso de metodologias

participativas para a elaboração de diagnósticos, bem como o delineamento e aplicação de ferramentas de avaliação e promoção da equidade em diálogo com problemáticas concretas levantadas por diferentes coletivos. Nesse sentido, visa-se uma articulação entre produção acadêmica, demandas de organizações da sociedade civil e gestão de políticas em setores públicos e privados.

Congrega-nos realizar pesquisas com abordagem interseccional de gênero, raça e classe, baseada na contribuição de três intelectuais que se tornaram centrais na nossa proposta: as antropólogas negras (mulheres cis) latino-americanas Lélia Gonzalez e Mara Viveros Vigoya, e a socióloga trans (mulher branca) australiana Raewyn Connell. Adotamos uma perspectiva relacional para entender as relações raciais e de gênero através das vidas localizadas de sujeitos e sociedades, atravessadas pelos processos históricos que as constituíram. Assim, pensamos raça e gênero como eixos estruturais dentro do sistema-mundo colonial/patriarcal/capitalista/moderno (Lugones, 2008), sendo que a produção do binarismo de gênero baseado em um essencialismo biológico que fundamenta o CISTema (Nascimento, 2021) e a construção de parâmetros/valores da família patriarcal cisheterossexual e branca como ideal de civilidade/modernidade fazem parte dessa genealogia (Viveros-Vigoya, 2018).

Entrelaçando pensamentos, entendemos a interseccionalidade como dinâmicas sociais entrecruzadas e potencializadas que nos ajudam a entender tanto o nível macro das relações de poder e a produção de desigualdades no Sul Global, quanto o nível micro das experiências localizadas e as subjetividades em contextos de colonialidade (Gonzalez, 2020; Viveros-Vigoya, 2016; Connell, 2016).

Ressaltamos aqui o pensamento de Lélia Gonzalez, que nos inspira com suas produções acadêmicas originais e instigantes realizadas no Brasil na década de 1980, em pleno auge da abertura democrática e da aprovação da Constituição Federal de 1988. Ela foi uma antropóloga e ativista mulher negra que lutou nos movimentos sociais feministas e negros, assim como na academia, espaço este em que foi invisibilizada. Vinculou o racismo e o sexismo à formação social da América Latina, numa genealogia colonial que desvenda as relações de poder já instituídas na península ibérica e que se alastraram e reforçaram no contexto latino-americano. A autora cria o conceito de *América Ladina*, para expressar a construção sociocultural da supremacia da branquitude europeia num sistema de racismo “por denegação”, herdado dos dispositivos ibéricos para exaltar a “pureza de sangue” e delimitar os lugares sociais sem precisar explicitar os conflitos raciais. Ao mesmo tempo, expressa as resistências e as existências amefricanas como potências de vida no nosso território (Gonzalez, 2020).

A publicação no Brasil do livro “Interseccionalidade”, de Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge, deu um impulso renovado às ideias do Laboratório, sendo que as autoras reivindicam a interseccionalidade como investigação e práxis críticas. Segundo as autoras, “a interseccionalidade como forma de investigação crítica invoca um amplo sentido de usos de estruturas interseccionais para estudar uma variedade de fenômenos sociais [...] em contextos sociais locais, regionais, nacionais e globais” (p. 53). Por sua vez, a interseccionalidade como prática crítica, característica dos ativismos de movimentos sociais, de sujeitos e coletivos na esfera pública, “faz o mesmo, mas de maneiras que, explicitamente, desafiam o *status quo* e visam a transformar as relações de poder” (p. 53). A ideia que propõem as autoras é de congregar essas potências, para provocar mudanças na própria academia e para além dela (Collins; Bilge, 2021).

Podemos ainda relacionar a interseccionalidade como investigação e práxis críticas com um conceito mediador que a conecte com as políticas públicas e os sistemas de proteção social, como é o caso da equidade. Entendemos a equidade como instrumento da justiça concreta, com ações que tratam indivíduos e populações que sofrem desigualdades conforme suas necessidades diferenciadas, constituindo uma via de efetivação da igualdade e universalidade das políticas públicas (Silva; Almeida Filho, 2009). A discussão de equidade permite contemplar segmentos da população através do reconhecimento de uma pluralidade de existências e necessidades sociais para a viabilização de respostas políticas frente a desigualdades persistentes, assim como em conjunturas críticas.

O caso do Brasil é interessante nesse contexto de discussões. Sua Constituição de 1988 instaurou as bases para projetar um Sistema de Proteção Social, que foi posto em ato num cenário em que as políticas de ajuste estrutural afetaram de maneira diferenciada as populações que historicamente não tinham acesso pleno a direitos. A criação do Sistema Único de Saúde (SUS), que foi projeto político de movimentos sociais e de reforma sanitária, tem enfrentado os desafios de um acesso universal num país com profundas desigualdades, e em cenários de constante subfinanciamento e de ampliação das políticas de austeridade. Por sua vez, o SUS incorporou uma ideia de cuidados integrais e ampliados de saúde, com a intensificação da Atenção Primária à Saúde (APS) e o elo entre os sistemas de saúde pública e os territórios.

Movimentos sociais diversos e lutas pela garantia de direitos se viram refletidas nas Constituições dos diferentes países latino-americanos e nos rumos de políticas públicas de vários governos no início do século XXI (Gargarella *et al*, 2016). Muitas dessas políticas se efetivaram através da noção de equidade e justiça social, que ressaltamos anteriormente. Porém, continuam

em aberto dilemas para a resolução de problemas nodais das sociedades latino-americanas. Os processos de expansão das políticas neoliberais e as tensões provocadas pelo capitalismo globalizado contemporâneo têm efeitos devastadores sobre corpos e territórios, principalmente no Sul Global.

O acirramento de violências estruturais recai sobre segmentos da sociedade historicamente relegados e se expressa, por exemplo, no aumento dos casos de feminicídios, de agressões e assassinatos de pessoas LGBTQTI+¹ e de jovens negros das periferias urbanas, e em ataques diversos aos territórios/populações indígenas e quilombolas, conforme mostram diversos estudos (Faria, 2020; Observatório..., 2022; Polidoro; Canavese, 2018; Solano; Icaza, 2019; Waiselfisz, 2012; 2013, entre outros). Notam-se os impactos das violências e desigualdades, as regulações da vida e o poder de morte exercido sobre amplos setores das sociedades latino-americanas. Cabe destacar que esses processos se intensificaram com as fragilidades das respostas políticas à pandemia de covid-19, assim como pelos contextos de crises democráticas relacionadas ao avanço de setores ultraconservadores nos governos da região. No Brasil, este cenário se desdobrou em austeridade e ajuste estrutural da máquina pública, cerceamento de acesso a direitos básicos, violações de direito à vida de populações negras, indígenas e LGBTQTI+, e as próprias ações negacionistas que multiplicaram as mortes por covid-19 no país na conjuntura do governo Bolsonaro.

São esses cenários macro e microsociais que nos instigam a delinear pesquisas e ações que possam ter impacto nessas realidades, apostando nas resistências e (re)existências de sujeitos e grupos que fazem dos corpos, territórios políticos, nas lutas por reconstruir e amplificar as potências de vida (Solano; Icaza, 2019).

Cabe ressaltar que muitas/os das/os discentes que compõem o grupo acessaram a universidade através de políticas de ação afirmativa que ampliaram o acesso ao ensino superior operantes com maior força na primeira década do Século XXI. Como se trata de instituição privada, referimos principalmente ao Programa Universidade para Todos (Prouni), no nível de graduação, e às bolsas do Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições Comunitárias de Ensino Superior (Capes-Procuc). A própria líder do grupo, de origem argentina, cursou seu doutorado em Antropologia Social no Brasil com bolsa do Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG), de cooperação sul-sul. Com isso, ressaltamos que somos produto do acesso à universidade de uma pluralidade de sujeitos considerando pertencimento racial, posição de classe, diversidade

1 Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans, Intersexo e outras identidades dissidentes de gênero e sexualidade.

sexual e de gênero, que historicamente não se viam representadas/es/os na academia.

O Laboratório tem também a característica de congregar discentes participantes de movimentos sociais e coletivos de luta pela efetivação de direitos. Não menos importante, o grupo congrega também trabalhadoras/es do Sistema Único de Saúde (SUS) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Estas singularidades se veem expressas nas problemáticas de pesquisa engajadas nas realidades e nas áreas de atuação e ativismo das/os pesquisadoras/es.

O livro está composto por uma seleção de textos relacionados a dissertações e teses defendidas nos PPGs em Ciências Sociais e em Saúde Coletiva, a Trabalhos de Conclusão de Curso e das Residências Multiprofissionais em Atenção Básica e em Saúde Mental. Conta também com resultados de pesquisas coordenadas pelas professoras Laura e Tonantzin, com participação de bolsistas de iniciação científica.

O primeiro capítulo abre a reflexão sobre masculinidades e a equidade de gênero. É um recorte da dissertação de mestrado em Ciências Sociais de Cauê Rodrigues (2022), que analisou as construções de masculinidades de profissionais atuantes na APS, questionando como essas identidades têm efeitos na produção do cuidado. No texto é trazida uma discussão do conceito de gênero e das masculinidades a partir de uma construção histórica e social, adentrando na discussão colonial, ao perceber que gênero sempre foi uma das principais ferramentas de controle dos corpos colonizados, sendo imprescindível sua demarcação para a compreensão das formas como os sujeitos existem e se relacionam na contemporaneidade.

O capítulo 2 traz uma reflexão oriunda da tese de doutorado de Kathleen Kate Dominguez Aguirre (2023). A partir de uma incursão etnográfica atravessada pelo tema do feminicídio, a autora problematiza o enfrentamento à violência de gênero discutindo os conceitos de interseccionalidade e masculinidades com base em uma perspectiva decolonial e multicentrada e abrindo uma crítica ao uso despolitizado de categorias de gênero e interseccionais ao questionar qual o lugar dos homens no enfrentamento à violência de gênero. Dentro deste escopo, evidenciam-se masculinidades como heterogêneas e relacionais, produzidas historicamente, culminando no enfrentamento à violência de gênero como tarefa de todas e todos.

O capítulo 3 é um recorte do trabalho de conclusão de residência de Fernanda Coppetti Müller (defendido em 2022, publicado como artigo em Müller e López, 2023), e contou com a colaboração de Tainara da Rosa para ampliar as reflexões sobre uma intervenção em duas equipes de Saúde da Família durante o período de inserção no campo da Residência Mul-

tiprofissional em Atenção Básica. O intuito do texto é relatar a dinâmica de sensibilização das equipes para o enfrentamento da violência de gênero, sendo uma problemática que emergiu frente a identificação de fragilidades no cotidiano dos profissionais para atuarem nesses casos.

O capítulo 4 corresponde ao trabalho de conclusão de curso de Ciências Sociais de Sabrina Feiber da Silva (2022), inserido no projeto de pesquisa *Equidade de gênero e políticas do cuidado em contexto de pandemia: pesquisa-ação em territórios da cidade de São Leopoldo/RS* coordenado pela professora Laura Cecília López. Neste recorte é analisado como os grupos de convivência (principalmente o grupo de artesanato) ofertados na APS interferem na vida daquelas pessoas que deles participam. Os resultados mostram que as práticas grupais presentes na APS são importantes para auxiliar nas mais diversas questões de saúde, ao proporcionar bem-estar e criar/fortalecer relações de amizade e companheirismo entre as participantes. Essas práticas propiciam que as pessoas vivenciem o cuidado em suas diferentes formas. Uma questão limitante notada é que os grupos não estão dando conta de demandas relacionadas à violência de gênero, sendo que mulheres participantes relataram experiências que as marcaram. Também foi notada a baixa procura dos homens pelos grupos e de modo geral pelos cuidados produzidos na Unidade de Saúde. Aponta-se para o desenvolvimento de estratégias para atrair os homens para esses cuidados, inclusive para refletir sobre violência de gênero que muitas vezes os atinge, seja como vítimas ou como produtores de violência.

O capítulo 5 apresenta resultados de pesquisa do projeto *Assistência pré-natal, humanização e micropolíticas: um estudo antropológico sobre as experiências de gestantes no contexto do SUS* coordenado pela professora Laura, e inclui o trabalho de iniciação científica de Natália Inês Schoffen Corrêa e recorte da dissertação de mestrado de Carolina Pereira Montiel defendida em 2017 (publicada como artigo em Montiel e López, 2020). No texto, são analisadas narrativas de gestantes sobre violências sofridas durante a assistência ao parto. Pretende-se ampliar o conceito de violência obstétrica, tanto ao trazer outras dimensões das violências, que articulam marcadores de raça, classe, idade; quanto ao explorar dimensões internas ao conceito, focando nos efeitos subjetivos, na tentativa de buscar caminhos ético-políticos de enfrentamento e eliminação dessas violências.

O capítulo 6 é fruto da tese de doutorado em Ciências Sociais de Milena Cassal Pereira (2023), que analisou as trajetórias reprodutivas de quatro pessoas negras em situação de rua em Porto Alegre/RS. O entrelaçamento da análise das trajetórias biográficas com a ferramenta interseccional da Justiça Reprodutiva produzida por intelectuais negras, ofereceu a possibilidade de refletir sobre os atravessamentos das injustiças reproduti-

vas ao longo da vida destas pessoas, que vivem em situação de rua. O direito de decidir se deseja ou não ter filhas/es/os, o direito de poder criar estes filhos/es/as em comunidades seguras, com todos os direitos garantidos e a decisão sobre o corpo, planejamento familiar e aborto são fundamentais para Justiça Reprodutiva e devem ser inseridos nas agendas das políticas públicas, nos diversos temas que se relacionam com as vidas negras, e a luta contra a desagregação das comunidades e famílias negras.

O capítulo 7 é um recorte da tese de doutorado em Saúde Coletiva de Gisele Cristina Tertuliano (2021). Analisam-se experiências de mulheres que vivenciaram a sífilis durante a gestação e a decorrente transmissão vertical em um município da região metropolitana de Porto Alegre/RS. Com o intuito de ampliar o olhar para as dinâmicas sociais que envolvem esse processo, questiona-se como e em que medida a produção de cuidado na assistência à saúde da mulher interfere sobre as trajetórias reprodutivas de sujeitos cujas vidas estão atravessadas por várias desigualdades. Reflete-se sobre as dinâmicas de gênero, classe e raça que se interseccionam nessas trajetórias e na produção de cuidado. Os resultados mostraram trajetórias reprodutivas distintas marcadas por vulnerabilidades. Há necessidade de estudos qualitativos para que os profissionais reflitam sobre um cuidado capaz de promover a autonomia das mulheres.

O capítulo 8 apresenta um recorte de pesquisa coordenada pela professora Tonantzin Ribeiro Gonçalves, *Biopolíticas e desafios éticos da gestão da prevenção do HIV entre crianças na Rede de atenção à saúde: o caso do Comitê da Transmissão Vertical de Porto Alegre/RS*. O projeto contou com a colaboração da servidora da Prefeitura Municipal da Saúde de Porto Alegre, Lisiane Morelia Weide Acosta. Como parte de sua atuação no projeto, a graduanda e bolsista de Iniciação Científica Gabriela Tavares, desenvolveu seu trabalho de conclusão de curso em Psicologia (Tavares, 2022) que também compõe o capítulo. O estudo focalizou o trabalho do Comitê para enfrentamento da Transmissão Vertical do HIV e da Sífilis Congênita de Porto Alegre e a produção de cuidado na rede de atenção à saúde quanto à prevenção da transmissão vertical do HIV/Aids. Percebeu-se a necessidade de uma atuação mais articulada e qualificada do trabalho em rede não apenas do ponto de vista dos processos de trabalho, mas também para a garantia de direitos das mulheres. Os achados fazem refletir sobre como a produção de um cuidado integral e equânime para pessoas vivendo com HIV, que leve em conta a perspectiva de gênero, raça e classe, depende também da produção de condições dignas de trabalho em saúde, bem como de processos reflexivos e solidários na rede de saúde, revelando o entrecruzamento entre as dimensões trabalho e cuidado.

No capítulo 9 são apresentados dados da dissertação de mestrado em Saúde Coletiva de Ethel de Almeida Ribas (2015) com colaboração de Jeneson Cruz e Tonantzin Ribeiro Gonçalves (orientadora). O estudo buscou compreender como têm se dado a utilização do Teste Rápido (TR) para HIV/Sífilis/Hepatites no cuidado de pré-natal da APS a partir da perspectiva de gestantes e profissionais da saúde, em um cenário de epidemia generalizada como é o caso do município de Porto Alegre. Analisou-se como a APS tem operacionalizado o cuidado e quais as estratégias de sanitização engendradas nesse processo. Como resultados, mostra-se que o controle do corpo das mulheres e dos aspectos reprodutivos apareceu no trabalho da APS e da rede de atenção, sendo que os TR se somam a programas de saúde e políticas públicas já existentes nesta área que permanecem tendo dificuldades de atuar na redução das desigualdades raciais, de classe e de gênero e na produção da autonomia.

No capítulo 10 são analisados dados referentes ao trabalho de conclusão de residência em Atenção Básica de Suzene Pizani da Silva (2023). São abordados aspectos de vida e condições de saúde através das narrativas de pessoas que se encontram em situação de rua na cidade de Sapucaia do Sul/RS, tendo como pano de fundo a problemática do acesso da população em situação de rua à rede de saúde, e considerando a promoção da saúde como parte dos direitos sociais, do direito à vida.

O capítulo 11 corresponde ao trabalho de conclusão de residência multiprofissional em Saúde Mental de Maurício Krahm (2021), que analisou experiências de acesso aos serviços de saúde de pessoas trans usuárias de um ambulatório orientado ao cuidado desse público na APS de Porto Alegre. Questionou-se em que medida a dimensão da saúde mental aparece nas demandas em saúde dessas pessoas. O estudo apontou que a experiência de pessoas trans nos serviços de saúde é marcada pela transfobia. Tais acontecimentos levam à construção coletiva de espaços específicos para atender a população trans, como o Ambulatório T de Porto Alegre. No entanto, tais serviços existem devido à falta de preparo e o preconceito internalizado de diversos profissionais. Conforme visto nos relatos, usuárias/os/es do Ambulatório T se sentem acolhidos dentro do serviço, simplesmente pelo fato de terem seus direitos básicos respeitados. Destaca-se que a produção do cuidado com a população trans deve levar em consideração a pluralidade de experiências e ainda romper com a cisnormatividade que regula as formas de entendimento dessas vivências, de maneira a enfrentar a transfobia.

O capítulo 12 é produto da tese de doutorado em Saúde Coletiva de Ingrid D'Ávila Francke (2018). Apresenta estudo que analisa os percursos terapêuticos em saúde mental de pessoas Surdas, suas crenças e

representações sobre a multiplicidade de cuidados disponíveis, bem como os significados e trajetórias de vida relacionadas às suas demandas de saúde. Considerando as dificuldades de acesso e as barreiras linguísticas enfrentadas pelos Surdos com relação aos cuidados em saúde, bem como o duplo estigma social envolvendo a doença mental e a Surdez, e o ouvicentrismo banalizado nas práticas dos profissionais, entende-se que o acompanhamento das experiências dos Surdos em seus percursos terapêuticos pode contribuir para a compreensão das suas necessidades e colaborar com a construção de novas maneiras de produzir saúde com estas pessoas.

O capítulo 13 corresponde à tese de doutorado em Saúde Coletiva de Rose Mari Ferreira (2024), que analisou trajetórias de mulheres negras doutoras, considerando suas posições no espaço acadêmico e científico da Saúde Coletiva no Brasil. Parte-se do pressuposto de que o campo da saúde coletiva, assim como outros campos acadêmicos e a produção científica no Sul Global, estão estruturados a partir do racismo e do sexismo que compõem as sociedades sulinas, como parte da colonialidade do poder e do saber. As entrevistadas apontaram situações de racismo que vivenciaram durante suas trajetórias formativas, da graduação à pós-graduação e no exercício da docência. Igualmente trouxeram em suas narrativas as estratégias que desenvolveram para poderem sobreviver nesses espaços carregados de opressões.

Com esta publicação, pretendemos ressaltar a relevância da produção de conhecimento que entrelace não só áreas de estudo diferenciadas, mas fundamentalmente baseada em epistemes que abram caminhos para a investigação e práxis críticas, para corpos engajados nas micropolíticas cotidianas, com vistas às transformações e a justiça social.

Essa obra também contribui para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas no sentido de dialogar com a sociedade sobre o papel das políticas públicas no enfrentamento das desigualdades de gênero, raça, etnia, sexualidade, geração entre outras.

Estes modos de conceber a pesquisa/intervenção nem sempre encontram ecos nas instituições acadêmicas, e muito menos nos sistemas de avaliação da Pós-graduação baseados na meritocracia e no produtivismo. São mais acolhidos quando as instituições e os critérios de avaliação valorizam o impacto social e a relevância cidadã das pesquisas. Apostamos pela mudança de paradigmas para a valorização da ciência comprometida com as realidades sociais e com posturas cada vez mais dialógicas e inclusivas em relação às demandas de uma pluralidade de atores da sociedade.

Referências

- AGUIRRE, Kathleen Kate Dominguez. *Gênero e Colonialidade: feminicídio e masculinidades na América Latina*. 2023. 215 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2023.
- BELLOTTO, P. C. B.; LOPEZ, L. C.; PICCININI, César Augusto; GONÇALVES, Tonantzin Ribeiro. Entre a mulher e a salvação do bebê: experiência de parto de mulheres com HIV. *Interface* (Botucatu. Online), v. 23, p. e180556, 2019.
- COLLINS, P. H.; BILGE, S. *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo, 2021.
- CONNELL, R. *Gênero em termos reais*. São Paulo: nVersos, 2016.
- COSTA, A. H. C.; GONÇALVES, Tonantzin Ribeiro. Globalização farmacêutica e cidadania biológica: notas sobre a implementação da profilaxia pós-exposição no Rio Grande do Sul, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 37, p. e00041420, 2021.
- FERREIRA, Rose Mari. *Narrativas (Auto)biográficas de mulheres negras doutoras: estilizando a máscara e escancarando o racismo, o sexismo e a branquitude na Saúde Coletiva*. 2024. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2024.
- FRANCKE, Ingrid D'Ávila. *Itinerários terapêuticos de surdos em busca de cuidados em saúde mental*. 2018. 159 f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2018. Disponível em: http://repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/10229/Ingrid%20D%27Avila%20Francke_.pdf. Acesso em: 26 mar. 2024.
- GARGARELLA, R.; PADUA, T.; GUEDES, J. Constitucionalismo latino-americano: direitos sociais e a “sala de máquinas” da Constituição. *Universitas JUS*, v. 27, n. 2, p. 34-41, 2016.
- GONÇALVES, Tonantzin Ribeiro; TAVARES, G.; GUIMARAES, N. L.; Junges, J. R.; LOPEZ, L. C. Transmissão vertical do HIV na rede de saúde: reflexões sobre gênero e cuidado a partir de um caso emblemático. *Saúde e Sociedade*, v. 33, n. 1, e230102pt, 2024.
- GONZALEZ, Lélia. *Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaios, Intervenções e Diálogos*. Rio Janeiro: Zahar, 2020. 375 p.

- KRAHN, Maurício. *Saúde Mental da População Trans: Experiências e Demandas no Acesso aos Serviços de Saúde*. Trabalho de Conclusão de Residência (Pós Lato-Sensu). Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Mental. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2021.
- LÓPEZ, L. C.; SITO, L. S.; BORRERO-RAMÍREZ, Y. E. La dimensión global de las políticas de género y salud en América Latina: un análisis decolonial. *Civitas, Revista de Ciências Sociais*, v. 21, n. 3, p. 380-390, 2021.
- MONTIEL, Carolina Pereira. *Saúde e direitos reprodutivos: uma abordagem interseccional de gênero e raça*. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Programa de Pós Graduação em Saúde Coletiva, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2017.
- MONTIEL, C. P.; LÓPEZ, L. C. Trajetórias reprodutivas femininas e produção do cuidado em saúde orientado às gestantes na cidade de São Leopoldo/RS: um olhar interseccional. *Revista Gênero*, v. 20, p. 300-322, 2020.
- MÜLLER, F. C.; LÓPEZ, L. C. Notificação compulsória e o enfrentamento à violência de gênero: pesquisa-intervenção em uma equipe de saúde da família. *Revista Diversidade e Educação*, v. 11, p. 632-656, 2023.
- NASCIMENTO, Letícia. Carolina Pereira do. *Transfeminismo*. São Paulo: Jandaira, 2021.
- OBSERVATÓRIO DE MORTES E VIOLÊNCIAS CONTRA LGBTI+ NO BRASIL. *Dossiê 2021*. Acontece Arte e Política LGBTI+; ANTRA; ABGLT. Florianópolis: Acontece, ANTRA, ABGLT, 2022.
- PEREIRA, Milena Cassal. *Do voo da fênix aos mandamentos do peregrino: justiça reprodutiva e a presença negra nas ruas do Partenon em Porto Alegre/RS*. 2023 185 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2023.
- POLIDORO, M.; CANAVESE, D. (org.) *Situação da violência contra as populações negra, LGBT, indígena e em situação de rua no Sistema Único de Saúde do Rio Grande do Sul, Brasil panorama situacional do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) de 2014 a 2017*. Porto Alegre: UFRGS, 2018.

- RIBAS, Ethel de Almeida. *Teste rápido para detecção de HIV na atenção primária: a perspectiva de profissionais e gestantes durante o pré-natal em Porto Alegre*. 2015. 123 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2015. Disponível em: http://repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/Unisinos/10194/Éthel+de+Almeida+Ribas_.pdf?sequence=1. Acesso em: 26 mar. 2024.
- RODRIGUES, Cauê. *Masculinidades e Cuidados Comunitários em Contexto de Pandemia: formulações e transformações na cidade de São Leopoldo*. 2022. 103 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2022. Disponível em: <http://repositorio.jesuita.org.br/handle/Unisinos/12005?locale-attribute=es>. Acesso em: 26 mar. 2024.
- RODRIGUES, Cauê; CORREA, Natália Inês Schoffen; WENDT, Lucas de Bárbara; LÓPEZ, Laura Cecilia. As políticas do (não) Cuidado Masculino: aplicações teóricas e práticas para a saúde em contexto comunitário. *Research, Society and Development*, v. 11, p. e53611932207, 2022.
- SILVA, L. M. V.; ALMEIDA FILHO, N. Equidade em saúde: uma análise crítica de conceitos. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, n. 25, Supl. 2, S217-S226, 2009.
- SILVA, Sabrina F. *Práticas Grupais na Estratégia Saúde da Família: Relações de gênero e cuidado na ESF COHAB Feitoria em São Leopoldo/RS*. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2022.
- SILVA, Suzene P. *Um olhar aos socialmente invisíveis: aspectos de vida, condições de saúde e acesso ao SUS da População em Situação de Rua na cidade de Sapucaia do Sul/RS*. Trabalho de Conclusão de Residência (Pós Lato-Sensu). Programa de Residência Multiprofissional em Atenção Básica. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2023.
- SOLANO, X.; ICAZA, R. *En tiempos de muerte. Cuerpo, Rebeldía, Resistencias*. Buenos Aires: CLACSO, 2019.
- TAVARES, Gabriela. *Produção de cuidado na prevenção da transmissão vertical do HIV no Comitê de Porto Alegre*. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Psicologia) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2022.

- TERTULIANO, G. *Experiências Femininas sobre a Transmissão Vertical da Sífilis : um estudo qualitativo no município de Cachoeirinha/RS*. Tese (Doutorado). Programa de Pós Graduação em Saúde Coletiva, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2021.
- VICARI, V.; LÓPEZ, L. C. Das (des)construções ao reconhecimento do gênero: narrativas e corporificações de pessoas trans. In: OLIVEIRA, Esmael Alves de (org.). *Diálogos contemporâneos sobre Corpo(s), Sujeito(s) e Saúde: perspectivas cruzadas*. Salvador: Segundo Selo, 2022, p. 151-174.
- VIVEROS-VIGOYA, M. *As cores da masculinidade*. Experiências interseccionais e práticas de poder na Nossa América. Rio de Janeiro: Papeis Selvagens, 2018.
- WASELFISZ, J. *Mapa da Violência 2012*. A cor dos homicídios no Brasil. Brasília: SEPPIR; CEBELA; Flacso, 2012.
- WASELFISZ, J. *Mapa da Violência 2013*. Homicídios e juventude no Brasil. Brasília: SPJ; SEPPIR; CEBELA; Flacso, 2013.